

ARTIGO

O estreitamento curricular em função dos resultados das avaliações externas em larga escala

The curriculum narrowing depending on the results of external evaluations on a large scale

El estrechamiento curricular en función de los resultados de las evaluaciones externas gran escala

Luiz Carlos Gesqui

Centro Universitário de Araraquara - Brasil

Resumo

Dentre as finalidades das avaliações educacionais em larga escala destaca-se a de contribuir com a gestão das escolas, fornecendo-lhes informações referentes ao fluxo e desempenho escolar de seus alunos, por exemplo. Com isso, busca impulsionar a qualidade educacional expressa em seus indicadores. Todavia, observou-se, por meio de participações em reuniões pedagógicas num conjunto de quatro escolas públicas paulistas de ensino regular, no período de 2008 a 2011, que os resultados obtidos nessas avaliações são determinantes na definição de práticas escolares efetivadas, em comum acordo, por gestores escolares e docentes no cotidiano escolar. Destacam-se os diversos modos como gestores escolares e docentes são pressionados pelo cumprimento das metas do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) anualmente estabelecidas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

(SEE-SP) e, em função dessa pressão, as práticas escolares mais recorrentes efetivadas por estas escolas são o excessivo uso dos “simulados” das avaliações externas e a promoção dos alunos para a série seguinte basicamente a partir do registro de sua frequência dentro dos limites legalmente estabelecidos. O controle promovido pela difusão das avaliações em larga escala, nesse caso expressas nos indicadores do IDESP, produz e referenda práticas escolares que diminuem significativamente o conjunto de informações a que os alunos deveriam ter acesso por meio da escola, bem como impele docentes e gestores ao estreitamento do currículo escolar em prol da obtenção de indicadores estatísticos e em detrimento do processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Estreitamento curricular. Práticas educacionais. Avaliação externa.

Abstract: Among the purposes of large-scale educational assessments stands out to contribute to the management of schools, providing them with information regarding the flow and academic performance of their students, for example. With this, it aims to boost educational quality expressed on its indicators. However, it was observed through participation in pedagogical meetings on four public schools in São Paulo network of regular education in the period 2008-2011, that the results of these assessments are decisive in defining of the school practices in common agreement by school administrators and teachers in school routine. Highlight the many ways school administrators and teachers are pressed for meeting the targets of Development Index of the State of São Paulo Education (IDESP) established annually by the Secretary of Education of São Paulo (SEE-SP) and the most frequent school practices effected by these schools function of this pressure are the overuse of "simulated" external ratings and the promotion of students to the next grade basically from the record of their attendance within the limits established by law. The control promoted by the diffusion of large-scale assessments, in this case expressed in indicators of IDESP, produces and endorses school practices that significantly reduce the set of information that students should have access through school and urges teachers and administrators to narrowing of the curriculum in favor of obtaining statistical indicators and to the detriment of the teaching and learning process.

Keywords: Curriculum narrowing. Educational practices. External evaluation.

Resumen

Entre los efectos de las evaluaciones educativas a gran escala que se destaca para contribuir a la gestión de las escuelas, proporcionándoles información

sobre el flujo y el rendimiento académico de sus estudiantes, por ejemplo. Por lo tanto, tiene como objetivo impulsar la calidad de la educación se expresa en sus indicadores. Sin embargo, se observó a través de la participación en las reuniones educativas en un conjunto de cuatro escuelas públicas de São Paulo en la educación general de 2008 a 2011, los resultados de estas evaluaciones son cruciales en la definición de las prácticas escolares implementados, de común acuerdo, por los administradores escolares y maestros en la rutina escolar. Resalte las diferentes formas en que se presionan los administradores escolares y maestros para cumplir con los objetivos del índice de desarrollo de la Educación Estado de São Paulo (IDESP) anual establecido por la Secretaría de Educación del Estado de São Paulo (SEE-SP), y esta función de presión, las prácticas escolares más frecuentes realizadas por estas escuelas son el uso excesivo de la evaluación externa "simulado" y la promoción de los estudiantes al siguiente grado, básicamente, a partir del registro de su frecuencia dentro de los límites que establece la ley. El control promovido por la propagación de las evaluaciones a gran escala en este caso expresado en indicadores IDESP, produce y prácticas escolares referendos que reducen significativamente el conjunto de información que los estudiantes deben tener acceso a través de la escuela, e insta a los maestros y administradores para estrechando el plan de estudios para el bien de la obtención de indicadores estadísticos y en detrimento del proceso de enseñanza y aprendizaje.

Palabras clave: Estrechamiento curricular. Prácticas educativas. Evaluación externa

Introdução

No que diz respeito ao campo educacional, qualquer debate referente aos inúmeros temas presentes, caracteriza-se pela utilização, por exemplo, de ampla fundamentação teórica e legal para subsidiá-lo. Entretanto, para avançarmos nestes debates faz-se necessário a incursão no âmbito da escola, ou seja, torna-se imperioso adentrar aos muros do local onde toda esta fundamentação teórica e legal se une ao cotidiano escolar e materializa aquilo que Marin e Penna (2013) descrevem como regulamentação e regulação das práticas escolares. Do mesmo modo

também se faz necessário destacar que geralmente apenas as escolas públicas permitem coleta de informações para pesquisas que desnudem seu cotidiano. Nesse sentido, este artigo apresenta como uma política educacional que objetiva, ao menos em tese, contribuir para a obtenção de uma escola pública de qualidade é reinterpretada pelos docentes e gestores da escola e utilizada para, de fato, treinar seus alunos a responder testes padronizados em Língua Portuguesa e Matemática e com isso buscar cumprir as metas estatísticas propostas anualmente pelas instâncias administrativas superiores. Dito de outro modo, se o currículo escolar compreende a oferta e valorização de todos os componentes curriculares previstos para a formação do indivíduo em sua trajetória escolar, ora, a supervalorização de apenas dois componentes curriculares não só depõe contra uma multiplicidade ou diversidade de experiências e vivências formativas, como também contraria tal princípio.

Nas últimas décadas mais especialmente, é notório que a sociedade brasileira vem questionando a qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado, bem como reivindicando uma participação mais efetiva na tomada de decisão sobre estes serviços. Ocorre o mesmo com a educação, muito embora ela seja um direito constitucional ainda visto por significativa parcela da população apenas como um serviço. Nesse sentido, a equipe responsável pela gestão educacional no âmbito da escola depara-se com o dilema de atender às determinações de instâncias administrativas superiores – pautadas principalmente em indicadores estatísticos – e atender aos anseios populares – pautados principalmente em informações limitadas e amplamente divulgadas em diferentes meios de comunicação.

A partir das últimas décadas do século passado, a utilização dos indicadores estatísticos no campo educacional brasileiro ocupa lugar de destaque na proposição, implantação, discussão, acompanhamento, análise, encerramento, continuidade e, de modo especial, na divulgação dos resultados de políticas educacionais e, com as políticas voltadas à qualidade educacional não tem sido diferente. Em função principalmente

do atrelamento destes indicadores a mecanismos de responsabilização, punição e premiação dos profissionais envolvidos, porém, importantes aspectos da utilização destes indicadores por parte dos gestores educacionais no âmbito da escola não têm recebido a devida atenção. Entretanto, como destacado anteriormente, as escolas são atualmente fonte de inúmeros questionamentos por parte de pais, alunos, sociedade e imprensa em geral quanto ao cumprimento desses serviços prestados por elas. Dentre os mais variados questionamentos, merecem destaque os expressos nos indicadores oficiais das avaliações educacionais externas, referentes aos resultados de aprendizagem desses alunos.

São questões recorrentes nos ambientes escolares e imprensa de modo geral: revelam os números apresentados efetiva aprendizagem dos alunos? Contribuem para o trabalho realizado na escola? Entretanto, este artigo tem como objetivo destacar outra questão, igualmente importante, mas pouco discutida: qual a utilização, por parte dos gestores educacionais, no cotidiano das escolas, dos resultados das avaliações externas em larga escala expressos nos indicadores estatísticos e apresentados nos documentos oficiais que chegam às escolas e são utilizados nos momentos de formação em serviço? Noutras palavras, na busca por uma educação pública de qualidade, os indicadores estatísticos do campo educacional que chegam à escola constituem-se em instrumentos que contribuem com a gestão educacional?

Na investigação das referidas questões foi analisada parte das informações obtidas com a participação em diversas reuniões pedagógicas realizadas em várias escolas da rede pública paulista de ensino regular no período de 2008 a 2011, cujo tema central era a análise, por parte de cada escola, dos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) e definição de ações para a melhoria desses indicadores. Posteriormente, busco uma possível relação entre as práticas escolares propostas e utilizadas com vistas à melhoria do IDESP com os fatores que induzem professores e gestores educacionais à efetivação destas práticas e seus desdobramentos.

No intuito de abordar tais aspectos utilizo dois argumentos. O primeiro deles se refere ao fato de que os profissionais da educação envolvidos com o IDESP e seus desdobramentos são continuamente pressionados – por diferentes segmentos e de diferentes formas – para o cumprimento das metas IDESP anualmente propostas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP). O segundo argumento refere-se ao fato de que, afora o IDESP, a maioria das informações utilizadas pelas escolas em reuniões pedagógicas são insuficientes para a definição de práticas escolares minimamente confiáveis, pois pauta-se em poucos e limitados registros.

O presente artigo tem o objetivo de trazer à discussão informações obtidas a partir do acompanhamento sistemático de reuniões pedagógicas em escolas da rede pública paulista de ensino regular que apontam para o fato dos gestores educacionais, no âmbito da escola, mostrarem-se reféns dos resultados das avaliações externas em larga escala – expressos, neste caso, no IDESP – ao utilizá-lo como justificativa por optar pela utilização de práticas escolares que supostamente podem contribuir para o cumprimento das metas anualmente estabelecidas pela SEE-SP, mas comprovadamente depõem contra o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. O texto está organizado de modo a situar o problema da escola pública em relação ao acesso e à busca por qualidade educacional atrelada à imposição do IDESP às escolas da rede pública paulista de ensino regular; as questões metodológicas referentes aos procedimentos de coleta e análise das informações utilizadas e algumas considerações que sugerem como consequência do estreitamento do currículo escolar observado nas escolas pesquisadas a sedimentação de uma sociedade acrítica. Entende-se, neste artigo, por estreitamento curricular a opção feita pelas escolas por ampliar deliberadamente o número de atividades relacionadas aos componentes curriculares presentes nas avaliações externas e reduzir, também deliberadamente as atividades relacionadas aos demais componentes curriculares.

O problema

A universalização do acesso à escola alcançou, indubitavelmente, nas últimas décadas, índices expressivos, e a escola pública tem papel fundamental neste fato, uma vez que o Censo Escolar de 2013, por exemplo, aponta que dos 50,4 milhões de alunos matriculados na educação básica, 41,3 milhões, ou 82,6% estava matriculado na rede pública (TOKARNIA, 2014). A atual Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988) afirma em um de seus artigos dedicados ao tema “Educação” que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Posteriormente estabelece que o ensino seja ministrado com base em princípios como, por exemplo, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e garantia de padrão de qualidade entre outros para que, em linhas gerais, o ensino oferecido conduza à erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, formação para o trabalho e melhoria da qualidade do ensino.

Por se relacionarem a valores absolutos, para a população em geral o cumprimento de alguns desses direitos e objetivos educacionais é de fácil constatação. Exemplifica-o que não seja necessário ser conhecedor de assuntos educacionais para compreender que o esperado, a cada edição do Censo Escolar, é que o número de analfabetos seja menor e o número de matriculados maior. Todavia, como verificar se está ocorrendo melhoria na qualidade educacional ou, dito de outro modo, como verificar se a maioria da população tem uma educação de qualidade? “Transformar” o conceito de qualidade educacional em uma variável observável e passível de mensuração, ou seja, em indicadores que permitam ao leigo estabelecer a relação direta de que quanto maior o valor absoluto do indicador maior qualidade ele representa foi a solução encontrada.

Quantificar, mensurar e finalmente racionalizar todas as atividades da vida humana a fim de facilitar sua compreensão são necessidades da atual sociedade, todavia, este processo desconsidera elementos importantes para que possamos de fato compreender a atividade. Deste

modo, é possível que – no ímpeto de se alcançar a qualidade educacional, expressa nos indicadores IDESP, em conjunto com a obrigatoriedade de participação nas avaliações educacionais externas, isso aliado a uma recompensa financeira e à repercussão dos resultados junto a diferentes segmentos da sociedade – os envolvidos direta ou indiretamente com as escolas da rede pública paulista de ensino regular aceitem que o indicador IDESP representa qualidade educacional. A partir deste fato, implantar, portanto, práticas que contribuam para a melhoria – mesmo que apenas em valores absolutos – do IDESP torna-se, para este público, plenamente racional. A este cenário somem-se outros dois importantes aspectos:

O primeiro deles aponta para que ao definir o IDESP como “*indicador que mede a qualidade das escolas*” (SÃO PAULO, 2009, p. 1) a SEE-SP desconsidera vasta produção acadêmica sobre o tema que reiteradas vezes apresenta o conceito de qualidade educacional como um conceito com grande diversidade de significados, condicionados a fatores ideológicos e políticos e que variam de uma sociedade para outra (UNESCO, 2007) ou, como destacam Dourado e Oliveira (2009) sobre a necessidade de clareza, quanto às dimensões e fatores, a ser considerada para se analisar a qualidade educacional. Oliveira (2006), por sua vez, alerta que nem a atual Constituição Federal estabelece em que consistiria ou quais elementos integrariam o padrão de qualidade do ensino brasileiro, ou seja, como afirmar se ele está presente ou não, ou ao menos mensurá-lo, se não temos claro o que é ensino de qualidade?

E, depois, para que se encontram, entre outras informações disponíveis, diversas produções que indicam limitações e desdobramentos na utilização dos indicadores estatísticos no campo educacional brasileiro. Gatti (2009), por exemplo, ao descrever a trajetória das políticas de avaliação externa no Brasil e a produção de indicadores estatísticos a partir das mesmas, afirma que um dos maiores desafios é a dificuldade observada nos gestores escolares tanto na interpretação dos indicadores presentes nos documentos oficiais, como na utilização pedagógica dos mesmos nas escolas. Em recente pesquisa realizada com

gestores escolares do Espírito Santo e Ceará (ALAVARSE; BLASIS; FALSARELLA, 2013) a perpetuação de tal situação é descrita.

É possível inferir, portanto, que a sociedade necessita de indicadores estatísticos para se posicionar quanto às políticas educacionais vigentes; que a SEE-SP estabelece arbitrariamente quais são estes indicadores e que os gestores escolares e os docentes com um conhecimento limitado sobre o que expressam estes indicadores decidem e executam aquilo que consideram ser os métodos e procedimentos mais indicados para tornar eficiente o processo de ensino e aprendizagem. Dito de outro modo, frente ao cumprimento de metas estatísticas, qualquer discussão a respeito de currículo escolar, por exemplo, sucumbe ou, nas palavras de Adorno (1995, p. 119), “[...] qualquer debate acerca de metas educacionais carece de significado e importância frente a essa meta: que Auschwitz não se repita. Ela foi a barbárie contra a qual se dirige toda educação”.

Questões metodológicas

No sentido de destacar que o modo como os resultados IDESP são divulgados pela mídia e pela SEE-SP influencia diretamente gestores escolares e docentes na definição de práticas escolares, e apresentar quais são algumas destas práticas, foram analisadas e organizadas as informações obtidas com a participação em diversas reuniões pedagógicas realizadas em quatro (4) escolas da rede pública paulista de ensino regular de um município do interior do Estado que atendem simultaneamente o ensino fundamental ciclo II e o ensino médio.

Resulta num significativo impacto junto à sociedade, embora de modo sazonal, o que se refere à divulgação dos resultados pela mídia que, cabe ressaltar, em geral, limita-se a informações pontuais no período em que os resultados são disponibilizados pela SEE-SP e por mais um breve período subsequente. A SEE-SP, por sua vez, disponibiliza em seu endereço eletrônico oficial notícias referentes ao IDESP, porém, disponibiliza um boletim de resultados de cada escola com vistas a subsidiá-las na interpretação de seus resultados e no cumprimento das metas estabelecidas.

O pesquisador participou algumas vezes como professor, em outras como gestor e em outras ainda como palestrante nas reuniões pedagógicas. Estas reuniões ocorreram no período de 2008 a 2011, e utilizaram como referência as informações oficialmente disponibilizadas pela SEE-SP por meio dos boletins de resultados citados anteriormente e resumiam-se à apresentação dos resultados da escola, comparação dos resultados da escola com as demais dependências administrativas, levantamento dos possíveis fatores que contribuíram para a obtenção do índice e definição de práticas (preferencialmente de implantação imediata) para melhorar o IDESP.

Entre outras possibilidades, os registros de observação obtidos com a participação nas referidas reuniões pedagógicas permitiram captar alguns dos fatores que influenciaram docentes e gestores na proposição ou definição de práticas escolares, entendidas aqui como o conjunto de práticas administrativas e pedagógicas presentes no cotidiano escolar. Permitiram ainda elencar as práticas escolares mais comuns propostas pelas escolas para o cumprimento das metas IDESP anualmente estabelecidas pela SEE-SP para cada escola.

Fatores que influenciaram as propostas e decisões

Munidos de diversas e significativas informações referentes aos muitos aspectos que constituem o cotidiano escolar foi que, certamente, tanto os professores como os gestores de cada escola participaram destas reuniões. Todavia, por meio de diversos discursos, foi possível identificar que o cumprimento da meta IDESP proposta pela SEE-SP e a ampla divulgação destes resultados têm significativa influência em suas decisões, chegando isso, em muitas ocasiões, a ser o fator determinante.

Os gestores escolares sentem-se, de modo geral, pressionados pelos representantes da Diretoria de Ensino que têm clareza de que os indicadores da escola encontram-se distantes daquilo que a SEE-SP considera como o ideal, independentemente do cumprimento ou não

da meta proposta, seja pela comunidade escolar que, mesmo não tendo clareza do que o IDESP representa, tem informações de que outras escolas do mesmo município possuem um IDESP mais elevado, seja pelos professores que além dos objetivos relativos ao processo de ensino e aprendizagem, aguardam o recebimento do bônus merecimento¹, seja por alguns alunos² que questionam o motivo de outras escolas apresentarem resultados melhores se comparados aos da escola que frequentam.

Por sua vez, sentem-se os professores pressionados pelos gestores escolares no sentido de garantirem a melhoria do IDESP, caso isto corresponda à aprendizagem efetiva dos alunos, melhor ainda; pela comunidade escolar por depositarem nos professores grande parcela de responsabilidade pelo sucesso escolar dos alunos; pelos pares que atribuem a determinados professores o cumprimento ou não do IDESP e conseqüente recebimento ou não do bônus merecimento, e por alguns alunos que atribuem os resultados obtidos diretamente aos professores.

Pode-se afirmar que, em linhas gerais, tanto os gestores escolares como os professores das escolas pesquisadas, têm o desempenho de suas funções fortemente influenciadas por superiores imediatos, subordinados, pares, comunidade escolar e uma possível premiação financeira em forma de bônus merecimento. É possível afirmar também que a grande preocupação de todos os envolvidos residia na repercussão dos resultados obtidos e não na validade dos meios, estratégias e procedimentos utilizados ao longo do ano letivo, daí a opção pelas práticas escolares descritas a seguir.

As práticas propostas e selecionadas

As “decisões” mais citadas, em todas as reuniões, e posteriormente transformadas em práticas escolares foram as de determinar, após a divulgação do boletim IDESP do ano anterior, a quantidade de alunos

¹ Prêmio, em dinheiro, pago anualmente aos profissionais da rede pública estadual de ensino. Um de seus critérios é o indicador IDESP da escola à qual o professor está vinculado.

² Poucos alunos afirmaram ter um conhecimento mínimo do que significa “IDESP”. Em geral afirmam que quanto maior o IDESP melhor é a escola.

que pode ser retida no ano em curso (fluxo escolar) e a de realizar ou ampliar o número de simulados de avaliações externas (desempenho nos testes padronizados).

Observou-se a construção e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle diário da frequência do aluno, isto quanto à definição da quantidade de alunos que pode ser retida no ano em curso. O Diário de Classe não é suficiente para o acompanhamento diário da frequência do aluno, visto que suas informações quanto à ausência dos alunos será, na melhor das hipóteses, discutida depois de seguidas ausências do aluno. Observou-se também uma prática até então raramente utilizada pelas escolas observadas, ou utilizada apenas no último bimestre letivo e não aceita por parte dos professores, porém, prevista legalmente, que passa a ser utilizada sem resistências, a saber, a maior utilização do recurso de compensação de ausências.

Observou-se, quanto à realização dos simulados, que todas as escolas incluem em seu “planejamento” uma série de simulados com o intuito de preparar os alunos para as avaliações externas - em especial as do Sistema de Avaliação e Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) - e estes simulados recebem variadas e curiosas denominações, como por exemplo, “Sarespinho”, “Preparação para o SARESP” e “Simulado do Saresp”. Merece, todavia, atenção a quantidade de simulados por escola, já que em vários casos mantiveram, inclusive, os chamados “provões”. Ocorre com regularidade a utilização de itens de edições anteriores dessas avaliações para elaboração dos simulados, dada a complexidade para a elaboração dos simulados.

Para a elaboração dos instrumentos de controle de frequência ou dos simulados, eis outra característica a ser ressaltada, são utilizados, principalmente, os Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPCs), ou seja, o espaço destinado a discussões referentes ao processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos da escola é utilizado somente para a organização e correção dessas atividades que envolvem apenas parte dos alunos da escola³.

³ Participam das avaliações externas em larga escala, neste caso as do SARESP, apenas os alunos dos últimos anos de cada etapa de escolarização, isto é, 5º e 9º ano do ensino fundamental ciclo II e 3º ano do ensino médio.

Outrossim, a escolha das práticas escolares ocorreu praticamente sem questionamento por parte de docentes e gestores escolares e que todos os envolvidos tinham conhecimento de que os procedimentos necessários para a efetivação das referidas práticas não contribuiriam em nada para o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, todos os envolvidos seriam prejudicados, contudo, vislumbravam, independentemente do que isto possa significar, uma possibilidade ampliada de cumprimento de metas IDESP.

Considerações finais

Verificar a redução do conceito de qualidade educacional por meio das avaliações educacionais em larga escala, mais especificamente, por meio dos indicadores IDESP é o objetivo principal da pesquisa referênciada neste artigo (GESQUI, 2013). Tal tema tem gerado inquietação socioeducacional nos últimos tempos por parte de educadores, porém, é frequentemente esquecido por parcela significativa dos profissionais da educação que tendem, consciente ou inconscientemente, a afirmar que esses indicadores expressem qualidade educacional. Verificar se o modo como os resultados IDESP são divulgados pela mídia e pela SEE-SP influenciam gestores escolares e docentes na definição de práticas escolares, e quais são estas práticas, os outros objetivos da pesquisa também temas desse artigo, foram atendidos.

Ao item que corresponde às considerações referentes aos fatores que influenciaram as propostas e decisões podemos acrescentar as considerações de Gatti (2009) e Brooke (2006). Gatti afirma que a mídia, de modo geral, destaca os melhores e piores resultados, o que acaba por polarizar as discussões frente ao que, de fato, os indicadores expressam. Brooke, por sua vez, enfatiza que os mecanismos de responsabilização presentes nas atuais políticas educacionais estabelecem um ambiente que não permite identificar os principais fatores de sucesso ou insucesso das ações propostas. Nesse sentido pode-se inferir – o que não

procede – que, tanto a divulgação na grande mídia quanto a veiculada pela SEE-SP, resultam em mecanismos que transferem para os gestores escolares e professores a total responsabilidade pelos resultados IDESP, corroborando Ball (2004) ao afirmar o Estado monitora à distância as atuais políticas educacionais ao impor-lhes metas, premiações e punições.

As dificuldades de aprendizagem de alguns alunos, a troca de experiências profissionais de sucesso, melhores possibilidades de utilização das condições objetivas da escola em prol do processo de ensino e aprendizagem, estratégias para aproximação dos pais e responsáveis da vida escolar do aluno e quantidade de alunos por sala são alguns dos temas – recorrentes no ambiente escolar, em especial nos HTPCs há poucos anos –, que, segundo a análise das considerações referentes às práticas propostas e selecionadas, estão presentes cada vez menos nestes espaços.

Assim como a elaboração, aplicação e correção dos simulados, a produção e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle de frequência dos alunos compuseram o tema central da maioria dos HTPCs nas escolas observadas, mesmo com a existência de uma pauta oficial para cada reunião elaborada pelo professor coordenador. Para cada simulado, o procedimento praticamente comum era o de preparar os alunos no dia que antecede o simulado, dispensá-los após a realização do simulado e apresentar o resultado na primeira oportunidade. Dessa mesma forma, visto que ao término do ano letivo os registros oficiais da escola apontam para o cumprimento de todas as atividades programadas, questiona-se como são contemplados os demais conteúdos e componentes curriculares previstos para aquela turma.

Ao menos para as escolas da rede pública paulista de ensino regular, a análise em conjunto dos dois procedimentos permite inferir que o IDESP define o que é e como mensurar qualidade educacional; que estas escolas e aqueles ligados direta ou indiretamente a elas não questionam esta definição; que estas escolas instalam e incentivam práticas escolares que buscam cumprir metas mesmo sem respaldo

teórico que relacione o cumprimento das metas à aquisição ou ampliação da qualidade educacional. Igualmente permite questionar se a função da escola pública de ensino regular em nossos dias resume-se apenas a assegurar a manutenção dos alunos dentro de seus muros por um mínimo de 75% de cada ano letivo e estimular, quando solicitado, sua participação nas avaliações educacionais externas em larga escala.

A função da escola pública de ensino regular é, decerto, voltada não somente para a formação do indivíduo, mas, também à utilização desses indivíduos para o aperfeiçoamento de instrumentos de controle social. A construção de uma escola pública de qualidade necessita de diferentes avaliações em diferentes situações, pois dessa forma pode rever suas práticas e melhorar (ou agregar qualidade) a seu produto, porém, reduzir todo o trabalho escolar apenas aos indicadores obtidos nas avaliações externas significa afirmar que esta sociedade necessita que a maioria de seus indivíduos apenas permaneça, durante o período da educação básica, dentro das escolas.

Um dos maiores desafios para a atual escola pública, isto é o que, a partir da situação exposta podemos inferir, reside no fato de resgatar o cumprimento do currículo escolar e desse modo contribuir para a formação dos alunos no sentido da emancipação e não para o simples adestramento proposto pelas atuais políticas educacionais e implantado (consciente ou inconscientemente) pelos profissionais da educação e, em especial, os que atuam nas escolas, uma vez que condenam gerações e gerações de alunos a meros reprodutores da ordem social estabelecida, ao priorizarem a busca exacerbada pelo cumprimento das metas estatísticas anualmente propostas.

Referências

ADORNO, Theodor. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Trad. de Wolfgang Leo Mar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALVARSE, Ocimar Munhoz; BLASIS, Eloisa; FALSARELLA, Ana Maria. **Avaliação e aprendizagem: avaliações externas: perspectivas para a ação pedagógica e gestão do ensino**. São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social, 2013

BALL, Stephen. Performatividade, privatização e o pó-estado do bem estar. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, setdez. 2004. ISSN: 1678-4626. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 20 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BROOKE, Nigel. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. Ago 2006, v. 36, n. 128, p. 377-401.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos CEDES**. v. 29. p. 201-215. 2009.

GATTI, Bernadete Angelina. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. **Sísifo- Revista de Ciências da Educação**. Lisboa, n. 9, p. 7-17. 2009.

GESQUI, Luiz Carlos. **O Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo: a materialização da racionalidade tecnológica**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Orientador: Prof. Dr. Carlos Antonio Giovinazzo Junior.

MARIN, Alda Junqueira; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. Escola, regulamentações e regulação: algumas consequências para o trabalho docente. In: MARIN, Alda Junqueira. **Escolas, organizações e ensino**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2013. p. 147-167.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Educação. **Programa de qualidade na escola**. 2009.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. **Estado e política educacional no Brasil: desafios do século XXI**. Tese de Livre Docência. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

TOKARNIA, Mariana. MEC: matrículas na educação básica caíram 1% de 2012 a 2013. **Agência Brasil**, Brasília, 25 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.etc.com.br>>. Acesso em 03 abr. 2014.

UNESCO. **Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos**. Brasília: Unesco\ Orelac. 2007.138p.

Prof. Dr. Luiz Carlos Gesqui

Centro Universitário de Araraquara UNIARA - Brasil

Programa de Pós-Graduação em Educação

Grupo de Pesquisa Organização e Gestão de Instituições Educacionais

E-mail: lgesqui@gmail.com

Recebido em: 28 mar. 2014.

Aprovado em: 23 abr. 2015.